

Ofício 178/2022

Brasília-DF, 10 de novembro de 2022.

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Senador
Marcelo Castro
Brasília-DF**Assunto:** Solicitação de emendas - orçamento Ministério da Saúde 2023

Excelentíssimo (a) Senhor (a),

O servidor público federal vem amargando uma média de seis anos sem recomposição salarial, e não estamos falando de aumento salarial, mas de receber algum valor que minimize o impacto da inflação do período que já acumulam oficialmente uma perda de 30%. Apesar de termos realizado uma greve importante no primeiro semestre do corrente ano, as negociações não se configuraram em nenhum valor de recomposição salarial, apenas temos de acordo ainda não cumpridos.

Diante desse quadro extremamente complexo e levando em consideração o impacto financeiro no orçamento da união elegemos duas propostas da pauta de reivindicação da categoria para darmos prioridade no período, a saber:

1 – Incorporação das Gratificações ao Vencimento Básico - VB:

Os trabalhadores do MS possuem 3 gratificações (GACEM/GEACE/GDPST) conforme a natureza do cargo. Para passar os valores das gratificações para o VB seria necessário um pequeno aporte financeiro em cima do anuênio, pois o mesmo, incide sobre o VB.

Os valores pagos atualmente a título de gratificações estão em aproximadamente 353 milhões mês e os valores pagos a título de anuênio está em 52 milhões mensais.

A proposta seria de incorporação das gratificações no VB de forma gradativa, o que poderia ser em um ou dois anos, no máximo, de tal forma que o impacto pudesse ser diluído ao longo do período. Para tal, considerando uma proposta de um ano, precisaria de um aporte financeiro de 50 milhões mês.

Considerando o valor pago mais o aporte financeiro, com 102 milhões mês (52 milhões já existente e 50 milhões em dinheiro novo) (1,3 bilhão ano – 700 milhões existente e 600 milhões em dinheiro novo) seria possível fazer essa incorporação.

2 – Aumento da per capita da saúde:

No início da conquista desse benefício a proporção dos pagamentos oscilavam em 20% do valor do plano de saúde sendo pago pelo trabalhador e 80% pago pelo governo, nas estatais a cobertura pelo governo era de 100%. O governo regulamentou os valores para pagamento de assistência em saúde, em no máximo 50% para cada lado, entretanto, na prática essa proporção está em 12% para o governo e 88% para o trabalhador, invertendo a lógica desse benefício e deixando os trabalhadores a própria sorte. Infelizmente a grande maioria dos servidores do Ministério da Saúde - MS depois de contribuir uma vida para o plano de saúde, atualmente estão sem assistência por não ter mais condições de manter o pagamento do mesmo.

Os valores gastos com plano de saúde no MS estão em aproximadamente 14 milhões por mês (valores arredondados), para chegar na proporção de 50/50 precisaria de um aporte financeiro de 46 milhões, somando o valor atualmente gasto mais o aporte financeiro a previsão financeira para o exercício 2023 para este item seria de 60 milhões mês (780 milhões ano – sendo 182 milhões já existente e 598 milhões de dinheiro novo). Valores relativamente baixo considerando o benefício que essa proposta traria para os trabalhadores.

Diante do exposto solicitamos um aporte financeiro de 1,2 bilhões ano em dinheiro novo, por meio de emendas parlamentares, para dar viabilidade a essas duas propostas, que não resolve o problema, mas certamente contribuirá para minimizar o impacto da inflação no salário dos trabalhadores do MS.

Respeitosamente,

Diretoria Colegiada da **FENASPS**